

A PASSAGEM DAS REPRESENTAÇÕES INTUITIVAS ÀS REPRESENTAÇÕES ABSTRATAS EM SCHOPENHAUER

THE PASSAGE FROM INTUITIVE TO ABSTRACT
REPRESENTATIONS IN SCHOPENHAUER

Igor Henrique Pimentel Beluzio¹

¹ Graduando em em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: igorbeluzio@estudante.ufscar.br.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3330512483675891>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9231-5330>.

RESUMO: Para Schopenhauer, a razão determina uma diferença fundamental entre o homem e o animal. A capacidade de abstração do particular em um conceito geral é algo que apenas cabe ao homem. O filósofo não foi o primeiro a evidenciar esta verdade; mas suas considerações sobre a constituição do aparato cognoscente humano e como este pode conhecer aquilo que lhe é objeto rompem, de fato, com o pensamento corrente de alguns de seus contemporâneos, como Fichte, Schelling e Hegel. No decorrer deste estudo, investigaremos (1) como se dá a singularidade do idealismo de Schopenhauer em relação aos modelos de conhecimento até então desenvolvidos; (2) qual a constituição de nosso aparato cognitivo que nos permite o conhecimento do mundo empírico; (3) sob quais modalidades os objetos se tornam representações para o sujeito; (4) por fim, o que permite ao homem a abstração e, assim, dar origem aos conceitos gerais que nomeiam o mundo.

Palavras-chave: Entendimento. Representação. Razão. Conceito.

ABSTRACT: For Schopenhauer, reason determines a fundamental difference between man and the animal. The ability to abstract the particular into a general concept is something that only man can do. The philosopher was not the first to demonstrate this truth; but his considerations about the constitution of the human cognizing apparatus and how it can know what is its object break, in fact, with the current thinking of some of his contemporaries, such as Fichte, Schelling, and Hegel. In the course of this study, we will investigate (1) the atypicality of Schopenhauer's idealism in relation to the models of knowledge developed until then; (2) what is the constitution of our cognitive apparatus that allows us to know the empirical world; (3) under which modalities objects become representations for the subject; (4) finally, what allows man to abstract and, thus, give rise to the general concepts that name the world.

Keywords: Understanding. Representation. Reason. Concept.

INTRODUÇÃO

Autointitulado herdeiro e único continuador legítimo da filosofia crítica de Kant, Arthur Schopenhauer (1788-1860) se empenhava em salvar a filosofia das garras do idealismo especulativo e problemático de Fichte (1762-1814), de Schelling (1775-1854) e de Hegel (1770-1831). Para assim conduzir seu projeto, o filósofo de Danzig se volta às descobertas de Kant sobre a aprioridade do tempo e do espaço, e que estes concernem somente às representações (ou fenômenos, na linguagem kantiana). Melhor dizendo, a apreensão objetiva do mundo se torna possível, uma vez que o sujeito carrega consigo formas a priori do conhecimento. Schopenhauer operou críticas e distinções ao modelo proposto por Kant e seus sucessores, mas talvez seja no filósofo de Königsberg em quem ele tenha encontrado seu maior impulso filosófico.

Ao adotar o sujeito e o objeto como correlatos necessários, Schopenhauer acaba por constituir um idealismo singular, pois não parte mais do primeiro para deduzir o segundo ou vice-versa, mas da própria representação (*Vorstellung*). Esta pode, sob determinadas condições, assumir duas modalidades: intuitiva ou empírica, que se deriva da experiência ordinária do mundo (dentro desta modalidade há, ainda, a geometria e a aritmética, nas quais o espaço e o tempo são, nesta ordem, intuídos de modo puro); abstrata ou conceitos da razão, que se deriva da primeira por reflexão.

A razão insere a distinção fundamental entre homem e animal. O homem não apenas sente e intui, ele pode saber. É, então, nesta separação que encontramos o fio condutor desta presente investigação: como se dá a passagem daquilo que provém da experiência àquilo que é refletido e abstrato? Mais especificamente, questionamos qual é esta constituição do nosso aparato cognitivo que permite subtrair a particularidade proveniente da empiria e transformá-la em um conceito geral.

1 DAS REPRESENTAÇÕES INTUITIVAS ÀS REPRESENTAÇÕES ABSTRATAS EM SCHOPENHAUER

1.1 Um idealismo singular

Ao erguer o conhecimento do mundo empírico sobre a noção de representação, nosso filósofo intenta exprimir o modo de toda experiência possível. Conduzindo-se assim, o idealismo de Schopenhauer se apoia sobre uma nova forma de conceber e assinalar o elemento edificante do mundo empírico.

De ambos esses erros opostos diferencia-se o nosso procedimento *toto genere*, na medida em que não partimos do objeto nem do sujeito, mas da REPRESENTAÇÃO como primeiro fato da consciência, cuja forma primária fundamental e mais essencial é a divisão entre sujeito e objeto (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 40).

O procedimento adotado por Schopenhauer pretende se desviar tanto do materialismo (ora também referido como realismo) quanto da filosofia de Fichte. O primeiro considera a matéria, junto ao espaço e ao tempo, como subsistente por si mesma e “salta por sobre a relação com o sujeito, unicamente no qual tudo isso decerto existe” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 31). Oposto ao materialismo, o modelo proposto por Fichte busca, inversamente, deduzir o objeto segundo o sujeito. “Assim, no principal, nada mudou com Fichte e o antigo erro fundamental, a assunção de uma relação de fundamento e consequência entre sujeito e objeto, permaneceu exatamente o mesmo” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 38). Para a filosofia fichtiana, o objeto é tão somente uma consequência do *eu*, que é o fundamento essencial do mundo, aos moldes de um “idealismo subjetivo” (CACCIOLA, 1994, p. 34).

O que nem os adeptos ao materialismo e nem mesmo Fichte perceberam foi que, ao estabelecerem um ou outro como o fundamento edificante do mundo, estavam já pressupondo seu correlato necessário. Ambas as formas de conceber o conhecimento

objetivo do mundo cometem o mesmo erro: deduzir aquilo que já está assumido de antemão.²

Do mesmo modo como foi imperceptível ao materialismo que este, ao pôr o mais simples objeto, já tinha posto de imediato o sujeito, também foi imperceptível a Fichte que, ao pôr o sujeito (não importa como queira intitular), já tinha posto o objeto, porque sujeito algum é pensável sem objeto (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 39).

A tese de que nenhum sujeito é pensável sem objeto é, integralmente, reversível. Objeto algum é pensável sem sujeito. A *representação* contém e pressupõe tanto um quanto o outro. Por assim dizer, sujeito e objeto compõem a equação do conhecimento e se encontram em uma interação necessária e inseparável.³

O sujeito é aquele que conhece e que experimenta, mas que não pode ser conhecido. Por sua vez, o objeto é aquilo que é conhecido ou experimentado. “Nada pode ser objeto de experiência sem que haja um sujeito para experimentá-lo ou refletir a seu respeito” (JANAWAY, 2003, p. 45). A *representação* pode, pois, ser definida como *ser-objeto para um sujeito*.

Sujeito e objeto, então, apenas existem um em relação ao outro e desaparecem um com a supressão do outro. Não há sujeito sem objeto, assim como não há objeto sem sujeito. Sem ao menos a presença de um único sujeito que fosse capaz de intuir, o mundo como representação se tornaria impossível: “Um único ser que representa, com o objeto, complementa o mundo como representação tão integralmente quanto um milhão de seres que representam: mas se aquele único ser desaparecesse, então o mundo como representação não mais existiria” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 6).

Com efeito, a representação é o mundo, tal como este se dá no ato perceptivo do sujeito cognoscente. Antes de qualquer objeto ser representado em nossa consciência, o

² “O erro fundamental de todos os sistemas é o desconhecimento desta verdade: O INTELLECTO E A MATÉRIA são CORRELATOS” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 19). Sujeito e objeto são um o reflexo do outro. São, por assim dizer, uma única e mesma coisa considerada de dois lados opostos.

³ “Contudo, guardemo-nos do grande mal entendido de que, por ser intuição intermediada pelo conhecimento da causalidade, existe uma relação de causa e efeito entre sujeito e objeto; antes, tal relação só tem lugar, sempre, entre objeto imediato e mediato, sempre, pois, apenas entre objetos” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 15). Mas não caímos no erro que assola tanto os realistas quanto a filosofia de Fichte. Schopenhauer não admite a possibilidade de estabelecer uma relação causal entre sujeito e objeto, para que se possa deduzir um a partir do outro. Antes, sujeito e objeto se pressupõem mutuamente e são as duas condições da *representação*.

entendimento (*Verstand*) deve atuar como um *artesão* dessas imagens. “A representação do mundo material, exterior, é tudo aquilo que aparece como figura para o entendimento, ou seja, algo colocado diante de nós” (BARBOZA, 2015, p. 18). Com Schopenhauer, distanciando-se de Kant, o entendimento passa a operar de modo intuitivo e imediato, na medida em que as intuições não são mais singularmente sensíveis, mas, sim, intelectuais.

É no entendimento que reside a capacidade de representar. “As intuições só surgem, portanto, na medida em que as sensações são, de um só golpe, transformadas sob as leis do entendimento, que, portanto, é quem produz e conclui intuições, autorizando-nos a adjectiva-las de ‘intelectuais’” (DEBONA, 2019, p. 24). Assim, a atividade artesã do entendimento é indispensável para que as sensações se tornem conhecimento efetivo e não sejam somente meros dados que afetam a sensibilidade.

O sujeito, então, desempenha um papel necessariamente ativo, para a produção das representações intuitivas. E isto se dá, dado que:

O sujeito – [...] no âmbito do que também pode ser apreendido em termos de “elaboração cerebral” do entendimento para a produção de representações intuitivas ou para a definição de imagens – é detentor das referidas formas puras do conhecimento: o tempo, que tem como essência a sucessão; o espaço, que tem como essência a posição; e a causalidade, cuja função é encontrar a origem (causal) dos fenômenos (DEBONA, 2019, p. 25).

Somados, tempo, espaço e causalidade compõem as formas puras do *princípio de razão suficiente* e concernem somente ao objeto da experiência empírica. “Como são essenciais ao objeto COMO TAL, que, por sua vez, é essencial ao sujeito COMO TAL” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 29), tempo, espaço e causalidade residem *a priori* no próprio sujeito. Assim são, pois independem de toda e qualquer impressão dos sentidos, e engendram o princípio constitutivo de toda realidade efetiva.

As representações empíricas, pertencentes ao complexo ordenado da realidade, aparecem, no entanto, em ambas as formas ao mesmo tempo, e até mesmo é a *íntima reunião* de ambas que constitui a condição da realidade, que delas surge, em certa medida, como um produto a partir de seus fatores (SCHOPENHAUER, 2019, p. 87).

Quem cria a reunião de um produto a partir de seus dados é o próprio entendimento. E a faz através da forma pura da causalidade. É assim, segundo o princípio de razão suficiente, que podemos conhecer as coisas, tais como estas aparecem a nós. Por assim dizer, “de um exato jeito, e não de outro, situadas num dado espaço, num dado tempo, envolvidas pela causalidade” (BARBOZA, 2015, p. 18).

Por sua vez, a matéria (ou o objeto) somente pode preencher o espaço e o tempo, e ser conhecida pelo sujeito, na medida em que *faz efeito* sobre o corpo do mesmo, causando nele uma modificação.

O ser da matéria é seu fazer-efeito: nenhum outro ser lhe é possível nem sequer pensável. Apenas como fazendo efeito ela preenche o espaço e o tempo: sua ação sobre o objeto imediato condiciona a intuição, na qual unicamente a matéria existe. [...]. Causa e efeito, portanto, são a essência inteira da matéria: seu ser é fazer-efeito (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 10).

Sendo o fazer-efeito⁴ (*Wirklichkeit*) o ser da matéria – aquilo que a esgota –, os objetos apenas podem ser apresentados a nossa percepção, porquanto fazem efeito uns sobre os outros e, estes últimos, sobre o *objeto imediato*, o corpo do sujeito.⁵ Caso contrário, permaneceriam desconhecidos. “O que chamamos de realidade será, então, uma efetividade, um ‘fazer-efeito’ do sujeito possuidor de entendimento” (DEBONA, 2019, p. 5).

A sensibilidade, decerto, nada diz ou produz sem a atividade do entendimento. É este que, atuando como um artesão de imagens, pode livrar o sujeito de uma escuridão perpétua ou de um aprisionamento em si mesmo. Assim, as representações produzidas pelo entendimento, a partir dos dados que afetam o corpo do sujeito, receberão o nome de

⁴ Em verdade, Schopenhauer foi favorecido por sua língua materna. “*Wirklichkeit*”, traduzido para o português como “fazer-efeito”, deriva-se do substantivo “*Wirker*”, cuja tradução é “agir”. Disto, temos a preocupação de Schopenhauer em evidenciar que a matéria não pode ser dita de outro modo senão como pura atividade.

⁵ “Este corpo é dado de duas maneiras completamente diferentes: uma vez como representação na intuição do entendimento, como objeto entre objetos e submetido às leis destes; outra vez de maneira completamente outra, a saber, como aquilo que é conhecido imediatamente por cada um e indicado pela palavra VONTADE” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 117). O corpo do sujeito é tomado sob duas perspectivas distintas: a primeira, enquanto *objeto mediato*, refere-se ao corpo como objeto entre objetos. Uma representação, figura da intuição empírica submetida ao princípio de razão. Por outro lado, o corpo também é *objeto imediato*. Ou seja, é o corpo enquanto Vontade, considerado sem a intervenção das formas do entendimento. É por este último que as representações são possíveis em nossa consciência. Para que o objeto possa ser conhecido pelo sujeito, este deve ser diferente do primeiro. Em outras palavras, o sujeito, enquanto cognoscente, deve escapar ao princípio de razão.

representações intuitivas ou empíricas e se referirão somente ao conhecimento efetivo do mundo. Ou seja, ao conhecimento submetido ao princípio de razão suficiente.

1.2 O princípio de razão suficiente

O *princípio de razão suficiente* é a forma de todo objeto do mundo empírico-representativo. Todas as aparições fenomênicas se dão sob suas formas (tempo, espaço e causalidade).⁶ É o princípio formal e constitutivo de todo o conhecimento efetivo. “Afirmo, ademais, que o princípio de razão é a expressão comum para todas essas formas do objeto das quais estamos conscientes *a priori*” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 6).⁷

Tempo, espaço e causalidade residem *a priori* no sujeito cognoscente e se devem ao entendimento do mesmo. Assim, distanciando-se mais uma vez de Kant, Schopenhauer une tempo, espaço e causalidade em uma única faculdade. Enquanto para Kant tempo e espaço se deviam à sensibilidade e constituíam suas formas puras, e cabia ao entendimento pensar por meio de conceitos puros (dentre estes a causalidade), Schopenhauer os toma como formas de um único princípio e pertencentes a uma única faculdade. “Por considerar as categorias kantianas excessivas e vazias, Schopenhauer conservará delas apenas a causalidade, justificando que, quando Kant recorre a um exemplo mais complexo, faz uso apenas dela” (BARBOZA, 2015, p. 20).

[...] as formas essenciais e universais de todo objeto – tempo, espaço e causalidade – também podem ser encontradas e completamente conhecidas partindo-se do sujeito, sem o conhecimento do objeto, isto é, na linguagem de Kant, residem *a priori* em nossa consciência. Ter descoberto isso é um dos

⁶ Sendo a forma da aparição de toda efetividade, convém-nos despir o princípio de razão suficiente de toda e qualquer investigação metafísica. A pretensão de estendê-lo a estas considerações resulta no antigo erro da metafísica: o falso uso da forma causal para além dos fenômenos. Schopenhauer também admite uma versão reduzida do PRS, o *principium individuationis*, princípio de individuação, que é composto somente pelas formas do tempo e do espaço. Este princípio, amputado – abstratamente – da causalidade, refere-se à pluralidade representativa.

⁷ Leibniz foi o primeiro a estabelecer formalmente este princípio como o princípio de todo o conhecimento. Entretanto, é em Wolff que Schopenhauer vê sua significação mais universal e a adota provisoriamente. A formulação de Wolff concebe que *nada é sem razão porque seja ou pelo contrário não seja*. Por outros termos, nada subsiste por si mesmo. “Nada é sem razão porque seja” (SCHOPENHAUER, 2019, p. 37). Para uma maior e melhor explanação sobre as considerações de Schopenhauer sobre o princípio de razão suficiente, consultar sua tese de doutoramento, publicada em língua portuguesa sob o título de *Sobre a quádruplice raiz do princípio de razão suficiente* (2019). No original, *Ueber die vierfache Wurzel des Satzes vom zureichenden Grunde* (1813).

méritos capitais de Kant, e um dos maiores (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 6).

Embora reduzindo e simplificando a proposta de Kant, Schopenhauer destaca o mérito deste ao descobrir a aprioridade do tempo, do espaço e da causalidade. Tais propriedades, portanto, somente podem ser reconhecidas *a priori*, pois engendram as leis da possibilidade de toda e qualquer experiência possível.

1.2.1 O tempo

Sucessão é toda a essência do tempo. Este somente é percebido, na medida em que é preenchido. “Por isso, o *permanecer* de um objeto só se torna conhecido em contraposição à *mudança* de outros que a ele são *simultâneos*”. (SCHOPENHAUER, 2019, p. 87). A não-sucessão de um objeto, sua *permanência*, então, apenas pode ser conhecida pela relação antagônica e simultânea que possui com a *mudança* ou *sucessão* de outros objetos.

Sendo sua essência a sucessão, multiplicidade alguma pode caber ao tempo. A ele, atribui-se somente uma única dimensão, uma unidade. Todo instante é condicionado por um anterior e será condicionante de outro seguinte. “Ele é somente na medida em que este *foi*” (SCHOPENHAUER, 2019, p. 297).

“Se puede hacer abstracción de las posiciones sin que el tiempo deje de poderse representar en la intuición. Em realidade es la experiencia de la sucesión la que se refiere al tiempo y no a la inversa” (PHILONENKO, 1989, p. 95). O tempo não é um conceito discursivo ou uma representação abstrata da razão. Ao contrário, é produto de uma intuição *a priori*.⁸ Tem-se, então, que a representação de sucessão se deve ao tempo, não o seu inverso.

Não é de se estranhar que, dada sua unidade, a numeração da aritmética se volte a sua forma. A aritmética parte de uma operação unicamente temporal: “como prova o fato de que, em todas as línguas, a multiplicação é designada pela palavra ‘vezes’, que faz referência ao tempo” (PERNIN, 1995, p. 42). O número, assim, torna-se inteligível somente por sua repetição no tempo.

⁸ É por ser uma representação intuitiva – e não abstrata – que pensamos as coisas *no* tempo e não *sob* ele. “Por donde vemos que no siendo el tiempo un concepto discursivo, hay que afirmar su unicidad” (PHILONENKO, 1989, p. 95).

Todo cálculo, apoiando-se no tempo, supõe um momento que anteceda a operação matemática e outro que a suceda: um momento em que o cálculo *seja* e outro em que *não seja mais*. A operação aritmética, então, ocorre no limite entre o *ser* e o *não-ser*. “Estos limites nos son dados em el tiempo, como intuición, y ningún concepto abstracto podría porporcionárnoslo” (PHILONENKO, 1989, p. 96). Conceito algum poderia representar ambos os limites do procedimento matemático, pois eles nos são dados exclusivamente no tempo enquanto intuição *a priori* do entendimento.

O tempo ainda corresponde à forma do sentido *interno* ou *íntimo*. É a forma pela qual a vontade individual é reconhecida pelo sujeito. O tempo, destarte, é a forma que pode tornar cognoscível, mesmo que de modo impreciso, a vontade objetivada no corpo. “Desse modo, o tempo representa a tangente comum aos dois mundos incomensuráveis, o mundo como representação e o mundo como vontade” (PERNIN, 1995, p. 42).

1.2.2 O espaço

Posição é toda a essência do espaço. Anteriormente, observamos que o permanecer de um objeto somente é conhecido quando contraposto à mudança de outros objetos simultâneos a ele. Entretanto, unicamente o tempo não é capaz de tornar possível a representação de *simultaneidade*. Para isto, é necessária sua outra metade, o espaço: “porque no tempo tudo é apenas *sucessivamente*; no espaço, porém, tudo é simultaneamente: portanto, aquela representação só surge por meio da reunião de espaço e tempo” (SCHOPENHAUER, 2019, p. 87).

Assim como o tempo, o espaço não é meramente um conceito abstrato da razão ou proveniente de uma intuição empírica ordinária.⁹ Tornando isso mais claro, a representação do espaço em nós não é efeito de uma representação de objetos no espaço. Antes, é uma representação que pode ser encontrada no sujeito sem o conhecimento de um objeto. Em uma palavra, *pura*.

⁹ O espaço, como o tempo, também é uno. Esta confirmação nos é dada pela distinção entre lógica e intuição (PHILONENKO, 1989, p. 92): as determinações lógicas situam o objeto *sob* um conceito. O próprio objeto se situa *no* espaço. Caso contrário, sendo o espaço um conceito ou uma representação abstrata, Schopenhauer não poderia lhe atribuir unidade alguma e ele mesmo não poderia ser a forma externa de qualquer representação empírica.

É, então, que, contra Leibniz, Schopenhauer trilhará o mesmo caminho que Kant. Podemos abstrair os objetos no espaço, mas não do espaço mesmo. Em outros termos, não podemos representar a falta de espaço, apenas podemos pensar em um espaço sem objetos. A conclusão lógica que se impõe a Schopenhauer é a mesma que faz Kant afirmar o espaço como a forma do *sentido externo* e uma representação necessária *a priori* que fundamenta toda intuição objetiva. “La traducción de Schopenhauer es perfectamente ortodoxa: <Se sigue de ello que el espacio no es una parte, sino una condición de la experiencia externa y por conseguinte conocida *a priori* por el sujeto>” (PHILONENKO, 1989, p. 92).

A crítica de Schopenhauer a Euclides pelo fracasso das tentativas de demonstração dos postulados das paralelas apenas afirma a necessidade de se voltar à evidência intuitiva e imediata da geometria. O verdadeiro ponto de partida da geometria não consiste em um encadeamento de um princípio à consequência, mas, sim, em uma demonstração por intuição, segundo os axiomas que expressam as propriedades das relações espaciais. “...solamente mediante esta exposición intuitiva como es posible esclarecer la verdad de los teoremas sobre las estructuras (*Beschaffenheit*) de las figuras espaciales” (PHILONENKO, 1998, p. 93).

1.2.3 A causalidade

Do mesmo modo, quem reconheceu a figura do princípio de razão que rege o conteúdo daquelas formas (espaço e tempo), assim como sua perceptibilidade, isto é, a matéria, portanto a lei da causalidade, também reconheceu a essência inteira da matéria como tal, pois esta é por completo apenas causalidade.
(SCHOPENHAUER, 2015a, p. 9)

É, portanto, através das formas do tempo e do espaço que se expressa a diversidade fenomênica do mundo. Mas, na medida em que o real é constituído pela perceptibilidade da matéria (seu fazer-efeito sobre um sujeito), nenhuma das formas anteriores poderiam, sozinhas, engendrar a realidade e mostrar-nos o real em seu devir.

Por um lado, se o tempo fosse a única forma de nossas representações, não haveria *simultaneidade* alguma, nem mesmo *permanência* ou *duração*, pois estas implicam em uma coexistência no próprio tempo. Apenas seria permitido admitir uma mera sucessão sob sua forma. Por outro lado, se o espaço fosse a única forma de nossas representações, *mudança*

alguma seria possível, uma vez que a mudança é a sucessão de estados, sendo esta concebível apenas no tempo.

Tempo e espaço, cada um por si, são também representáveis intuitivamente sem a matéria; esta, contudo, não o é sem eles. A forma, que é inseparável da matéria, pressupõe o ESPAÇO; e o fazer-efeito da matéria, no qual consiste toda a sua existência, concerne sempre a uma mudança, portanto a uma determinação do TEMPO. Contudo, tempo e espaço não são apenas, cada um por si, pressupostos por ela, mas a essência dela é constituída pela união de ambos, exatamente porque a matéria, como mostrado, reside no fazer-efeito, na causalidade. (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 9)

É a causalidade, então, que realiza a união ou síntese entre tempo e espaço. Esta é toda sua essência e somente pode ser, já que toda a realidade empírica consiste em uma mudança – ou em um fazer-efeito – sobre o sujeito.

Fundamentalmente, então, a causalidade é uma função *a priori* do entendimento que reúne tempo e espaço. Sendo assim, “envolve a ideia de uma relação de dependência recíproca entre os fenômenos que a limitação da sucessão temporal e da coexistência espacial, cada uma delas tomada à parte, não poderia explicar” (PERNIN, 1995, p. 45). Em última análise, sem a existência de uma conexão causal entre a mudança no tempo e a coexistência no espaço, matéria alguma poderia ser representada, mudança alguma seria percebida pelo sujeito.

Contudo, não devemos assumir enganosamente que a significação e a necessidade da lei de causalidade se deem por uma mera alteração de estados da matéria. Antes, a essência da mudança se traduz no fato de no mesmo lugar do espaço existir, agora, um estado que se seguirá de outro e, num tempo único e determinado, existir, aqui, o primeiro; lá, outro. “Aquilo que é determinado pela lei de causalidade não é, portanto, a sucessão de estados no mero tempo, mas essa sucessão em referência a um determinado espaço; não a existência de estados num lugar qualquer, mas neste lugar e num determinado tempo” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 11).

A mudança ou a alteração, então, expressa-se segundo a lei causal e concerne sempre a uma determinada parte do espaço e a uma determinada parte do tempo unidas *simultaneamente*. É assim, pois, que a causalidade carrega consigo propriedades tanto do tempo quanto do espaço. Em duas palavras, *sucessão* e *posição*.

Ao decorrer do primeiro capítulo de seu ensaio *Sobre a visão e as cores* (1815) bem como ao longo do § 21 de sua tese de doutoramento, Schopenhauer se empenha em demonstrar que toda intuição não se dá somente pela sensibilidade, mas, também, pelo intelecto. Ao final do § 4 d'*O mundo...*, ele nos oferece uma rápida abreviação de suas considerações.

Este mundo como representação, da mesma forma que se dá apenas pelo entendimento, existe também só para o entendimento. [...] O aprendizado da visão por parte de crianças e por parte dos cegos de nascença que foram operados; a visão singular do que é sentido de maneira dupla com dois olhos; a visão e o tato duplo quando os órgãos dos sentidos são deslocados de sua posição normal; o aparecimento endireitado dos objetos apesar de sua imagem encontrar-se invertida no olho; a atribuição das cores (que é meramente uma função interna, uma distribuição polarizada da atividade do olho) aos objetos externos; e, finalmente, também o estereoscópio – tudo são provas firmes e irrefutáveis de que toda INTUIÇÃO não é somente sensual, mas também intelectual, ou seja, puro CONHECIMENTO PELO ENTENDIMENTO DA CAUSA A PARTIR DO EFEITO (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 14-15).

Uma vez que o entendimento conhece uma causa a partir de seu determinado efeito, as provas de uma intuição intelectual acabam por também incluírem provas da aprioridade da causalidade. Toda e qualquer intuição empírica devem pressupô-la. A possibilidade primária e completa de uma representação intuitiva pode se erguer apenas sob sua lei. Contra o ceticismo, Schopenhauer afirma que o conhecimento da causalidade já está contido na própria intuição. “Sua aprioridade só pode ser evidenciada a partir da dependência de toda experiência dela” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 15).

A causalidade não é, pois, uma derivação da experiência, mas uma condição para ela: a percepção é um resultado final da atividade artesã do entendimento que, por meio da lei de causalidade, reúne simultaneamente tempo e espaço em uma mesma representação.

1.2.4 A quadrúplice raiz

Distinguem-se, porém, segundo Schopenhauer, em conformidade com as leis da *homogeneidade e especificação*¹⁰, quatro determinadas espécies de objetos, distintas umas das

¹⁰ Platão e Kant prescrevem uma regra para todo o saber em geral. Um método para todo o filosofar. “Duas leis devem ser satisfeitas, dizem eles, a da *homogeneidade* e a da *especificação*, de igual forma, não porém

outras, que se instituem segundo quatro classes nas quais se classifica tudo o que pode se tornar objeto para um sujeito. A totalidade das representações submetidas ao princípio de razão suficiente podem, então, ser reduzidas a quatro classes de objetos. “Em cada uma delas, veremos aparecer o princípio de razão suficiente em uma outra figura” (SCHOPENHAUER, 2019, p. 81). Sendo quatro diferentes classes de objetos que se relacionam a quatro diferentes causas, serão também admitidas quatro diferentes figuras do princípio de razão.

A primeira classe de objetos é a classe das representações intuitivas, tratada por nós anteriormente. Seu regente é o *princípio de razão do devir*. Schopenhauer também chamará esta classe de representações de *completas e empíricas*. Completas, pois apresentam tanto sua forma quanto seu conteúdo material. Empíricas, na medida em que sua origem se dá na percepção sensitiva do corpo quando afetado pelos objetos desta classe. “Apreendemos uma mudança em nosso estado corporal; o intelecto aplica então o princípio de causalidade e projeta como causa da sensação um objeto material ‘exterior’ no espaço – e essa projeção é o objeto que dizemos que percebemos” (JANAWAY, 2003, p. 34). Ou seja, o entendimento reúne as formas do sentido interno e externo (tempo e espaço, respectivamente) para representar a matéria.¹¹ Disto, temos que esta classe de representações se ocupa da realidade efetiva: o devir do mundo enquanto representação.

A segunda classe de objetos é a classe das representações abstratas ou conceitos. Seu regente é o *princípio de razão do conhecer*. Esta classe de representações se ocupa dos *conceitos* da razão. Estes que serão chamados de *representações de representações*, na medida em que se fundam e são extraídos das representações intuitivas. Nas palavras de Janaway, “as representações básicas são experiências de coisas do mundo material, como uma árvore específica; o conceito árvore é, em contraste, uma representação geral formada a fim de

uma em prejuízo da outra” (SCHOPENHAUER, 2019, p. 29). A primeira determina que devemos apreender as espécies pela observação de suas semelhanças e reuni-las em gêneros, e estes em famílias. Um movimento progressivo de subsumir conceitos uns nos outros. Expressa por Kant, a segunda lei ordena que os gêneros reunidos sob o conceito de família devam ser bem diferenciados e que as espécies reunidas sob ambos os conceitos a sucedem devem ser distinguidos novamente, para que não ocorra o erro de saltar sobre um conceito ou subsumir uma espécie inferior diretamente ao conceito maior de família.

¹¹ “...no entanto, apesar dessa reunião pelo entendimento das formas do sentido interno e externo [...], o sujeito conhece *imediatamente* apenas pelo *sentido interno*” (SCHOPENHAUER, 2019, p. 89). O sentido externo, o espaço, torna-se objeto do sentido interno, o tempo. É assim que temos a presença imediata das representações em nossa consciência. Não há como termos representação de duas ou mais imagens ao mesmo tempo. Sendo o sentido externo objeto do interno, podemos ser conscientes somente de uma representação a cada vez.

representar muitos desses objetos árvores” (JANAWAY, 2003, p. 35). Este princípio de razão também será o regente dos juízos, uma vez que estes se dão pela conexão de conceitos. Assim, não é de se estranhar que, em suas capacidades discursivas, a linguagem e a ciência também façam parte desta classe.

A terceira classe de objetos é a classe formal das representações intuitivas e abarca a geometria e a aritmética. Seu regente é o *princípio de razão do ser*. Por ser responsável somente pela forma, esta terceira classe é tão somente constituída de tempo e espaço, excluindo-se a causalidade.

Ainda que não sejam conhecimentos científicos empíricos ou resultantes de deduções lógicas, tanto a geometria quanto a aritmética são corpos de conhecimento que tangem a sucessão no tempo e a posição no espaço. Essas preenchem aquelas, respectivamente. Sua razão suficiente, pois, exclui a relação de causalidade, na medida em que, nesta classe, o fundamento de algo ser como é apenas se refere ao modo de ser do tempo ou do espaço.

Com fundamento suficiente para ser no espaço, o aparato da geometria permite saber da composição e localização de figuras, isto é, determina o que chamamos de posição. De forma semelhante, com fundamento suficiente, a aritmética permite-nos saber que, ao se tratar de tempo, cada instante é condicionado pelo anterior, cada número pressupõe um antecedente, e assim temos o que chamamos de ordenação (DEBONA, 2019, p. 34).

A quarta e última classe de objetos é a classe do sujeito do querer. Seu regente é o *princípio de razão do agir*. Nesta classe, o sujeito se tornará seu próprio objeto. “O nosso querer, supomos, é precedido por alguma coisa que constitui seu fundamento e que explica nossa ação ou decisão” (JANAWAY, 2003, p. 38). Sob a legislação desta classe, todo ato da vontade possui uma motivação para que ocorra. Esta ligação entre ato e motivação é da mesma ordem que efeito e causa. Disto, temos que motivos determinados apresentam razões suficientes para que atos determinados ocorram. “Ao tomar a si mesmo como objeto a partir de seu próprio corpo, o sujeito descobre-se como volitivo, constituído de sentimentos, afetos, paixões. E essas volições que regerão suas ações, o que Schopenhauer chama de lei da motivação” (DEBONA, 2019, p. 35).



1.3 A passagem às representações abstratas ou conceitos

Como a luz direta do Sol à luz emprestada da Lua, passaremos agora da representação intuitiva, imediata, autossuficiente e que se garante a si mesma à reflexão, isto é, aos conceitos abstratos e discursivos da razão, que têm seu conteúdo apenas a partir do e em referência ao conhecimento intuitivo.
(SCHOPENHAUER, 2015a, pp. 40-41)

Enquanto o entendimento é responsável pela construção das representações intuitivas em nossa consciência, caberá à razão a produção de conceitos.¹² Conceitos estes que serão resultantes da atividade reflexiva e discursiva da mesma.

A razão traduz a faculdade dos conceitos abstratos. Ela é incapaz de produzir, de modo autônomo, algum conhecimento propriamente dito: sua função se restringe à elaboração de conceitos, que se originam das representações intuitivas. Sem estas, os conceitos ou representações abstratas seriam apenas vazios ou formais.¹³ Isto é o que permite Schopenhauer chamar os conceitos de *representações de representações*, na medida em que a razão *re*-presenta representações.

Os conceitos são representações que simplificam, abreviam as representações intuitivas, guardando delas apenas o essencial. Eles só conservam a parte de que se precisa, eliminando o resto como acessório. Nisso, os conceitos diferem das representações intuitivas, pois elas retêm o que não se pode perceber isoladamente. São “extratos” (PERNIN, 1995, p. 65.).

¹² “Essa nova consciência, extremamente poderosa, reflexo abstrato de todo intuitivo em conceitos não intuitivos da razão, é a única coisa que confere ao ser humano aquela clarividência que tão decisivamente diferencia a sua consciência da dos animais e faz o seu modo de vida tão diferente do de seus irmãos irracionais” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 42). A razão insere a distinção primeira entre o homem e o animal. O homem não apenas sente e intui, como assim faz o animal. Para além, o homem *pensa* e *sabe* (JANAWAY, 2003, p. 35). É nisto, ainda, que consiste a *clarividência*. No entanto, a razão também oferece sua desvantagem. Enquanto o animal vive apenas em seu presente, o ser humano vive, também, em seu futuro e em seu passado. A memória (que pode fornecer a vivência por recordação) e a consciência da morte futura se devem à razão. A primeira pode trazer à consciência presente mazelas passadas. A segunda faz da vida presente o adiamento de algo certo, mas desconhecido.

¹³ “As intuições fornecem, portanto, o conteúdo real de todo nosso pensamento, e em toda parte, onde elas faltam, não tivemos conceitos na cabeça, mas simples palavras” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 85). Ainda, a utilidade de um conceito se deve à possibilidade do mesmo poder ser apreendido nos termos da experiência. “Conceitos como ser, essência ou coisa são os menos dotados de condições de ser apreendidos nesses termos” (JANAWAY, 2003, p. 35). E assim o são, pois carecem de demonstração de seu conceito sob a forma de uma intuição empírica. É, pois, que temos de poder regredir e comprovar os conceitos com as intuições das quais os mesmos foram imediatamente extraídos, caso queiramos expressar algum conhecimento.

Durante a passagem das representações intuitivas às abstratas, nota-se a perda da individualidade das primeiras, em favor da universalidade das segundas. Sendo representações de representações, os conceitos conservam apenas o essencial contido na variedade das representações intuitivas. Por outros termos, “os conceitos [...] compreendem em si traços que são tidos por comuns de incontáveis objetos isolados” (BARBOZA, 2015, p. 30).

As representações intuitivas ou empíricas, então, formam um solo fértil para o empreendimento da razão. As primeiras servirão de fundamento as segundas. É, pois, que os conceitos ou representações abstratas são tão somente “um conhecimento artificial, derivado, refletido e discursivo [...], uma vez que não permitem intuir, apenas pensar” (DEBONA, 2019, p. 30).

A fala, como objeto da experiência exterior, manifestadamente não é outra coisa senão um telégrafo bastante aperfeiçoado que comunica sinais arbitrários com grande rapidez e nuances as mais sutis. Que significam, porém, semelhantes sinais? Como são interpretados? Por acaso, quando alguém fala, traduzimos o seu discurso instantaneamente em imagens [...]? Que tumulto, então, não ocorreria em nossa cabeça durante a audição de um discurso ou a leitura de um livro! (SCHOPENHAUER. 2015a, p. 46).

Conceitos não são experienciáveis e tampouco são vivenciáveis. Caso fossem, ao ouvir um discurso ou ao ler um livro, teríamos de ser capazes de representar o que ouvimos ou lemos em imagens instantâneas que “se pusessem em movimento e fossem se transformando e criando figuras alternadas ou matizes variados, que se formariam na ordem em que os ouvidos recebessem as flexões gramaticais” (DEBONA, 2019, p. 30).

No entanto, a razão é, ao mesmo tempo, enunciativa e ouvinte. Ela não precisa sair de seu próprio domínio. Assim, ao escutarmos um discurso ou ao lermos um livro, o conteúdo ali exposto é imediatamente intelectualizado. Não havendo necessidade de se voltar às imagens da intuição.

1.3.1 A extensão do conceito

É certo, então, que o procedimento por abstração da razão é a condição da generalidade dos conceitos. “Só que essa ‘validade para muitas coisas’ não é uma

característica essencial, mas meramente acidental do conceito” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 48). Disto, temos que um conceito não detém sua universalidade, porquanto é extraído de inúmeros objetos; mas, sim, pelo fato de que a universalidade, que se define pela indeterminabilidade do particular, constitui a essência do conceito enquanto representação abstrata da razão.

Ademais, como o conteúdo e a extensão dos conceitos estão numa relação inversamente proporcional, e assim quanto mais é pensado SOB um conceito, menos é pensado NELE; segue-se que os conceitos formam um escalonamento, uma hierarquia, dos mais particulares até os mais universais (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 76-77).

Ora, quanto mais universal um conceito, quanto mais se prossegue em sua abstração, menos se retém de sua realidade. Assim o é, pois a abstração consiste em um processo de eliminação do que particulariza a intuição. Logo, o conceito mais universal, como o de *ser*, quase não é mais que uma mera palavra. À medida em que se estende o conceito, a fim de alcançar uma maior universalidade, menos nele se exprime algum vislumbre de realidade empírica.

Para a **DISTINÇÃO** de um conceito é exigido não apenas que se o decomponha em seus traços característicos, mas também que se possa à sua vez analisar estes traços, se também forem abstrações, e assim por diante, até chegar ao conhecimento **INTUITIVO**, ou seja, às coisas concretas, através de cuja clara intuição comprova-se os últimos conceitos abstratos e, com isto, assegura-se a estes realidade, bem como a todas as supremas abstrações que neles se baseiam (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 77).

O que Schopenhauer percebeu foi que, frequentemente, a esfera de um conceito se refere ou tem algo em comum com a esfera de outro conceito. O que é pensado em um pode ser, parcialmente, pensado em outro.¹⁴ A lógica será, então, “a teoria das relações de extensão dos conceitos” (PERNIN, 1995, p. 65).

¹⁴ Caso conceitos distintos se conectem e se relacionem, esta relação será o que chamamos de julgar. “Todavia, se forem conceitos diferentes, cada um deles, ou pelo menos um deles, contém algo que o outro não possui: tal é a relação do sujeito com o seu predicado. Reconhecer essa relação se chama **JULGAR**” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 49).



São cinco as esferas de relação entre conceitos.¹⁵

- A primeira é representada por um único círculo. Ocorre quando as esferas de dois conceitos são completamente iguais, como acontece quando nos referimos a animais vertebrados e a animais de sangue quente.
- A segunda é representada por uma esfera completamente contida em outra maior. Como ao nos referirmos a animais e a cavalos: a esfera dos cavalos está completamente contida na esfera dos animais.
- A terceira é representada por uma esfera maior que contém em si duas ou mais esferas que se excluem. É o caso dos ângulos retos, obtusos e agudos. Todos estão contidos na esfera maior que é o ângulo, mas se excluem dentro dela.
- A quarta é representada por duas esferas que possuem uma intersecção entre si. Contém, cada uma, parte da outra. Schopenhauer a exemplifica lançando mão de uma flor que é vermelha. A esfera da flor está contida em parte da esfera da cor e vice-versa.
- A quinta e última é representada por duas esferas que estão contidas em uma terceira, mas sem a preencher. Exemplificando, a esfera maior poderia ser chamada de “matéria”, enquanto as duas menores, “água” e “terra, respectivamente.

Todas as combinações de conceitos e toda a teoria dos juízos podem ser retiradas destas esferas. É, ainda, completamente plausível que uma esfera se comunique com a outra. “Assim, as representações abstratas remetem incessantemente umas às outras. Mas o filósofo insiste no fato de que esse jogo de remissão conceitual deve ter um termo” (PERNIN, 1995, p. 65). É, portanto, que devemos chegar a um conceito que tenha seu fundamento no conhecimento intuitivo, uma vez que são as representações empíricas que fornecem a matéria-bruta da qual a razão se servirá.

1.3.2 A linguagem

Enquanto o animal comunica sua sensação e disposição por gestos e sons, o ser humano comunica seus pensamentos aos outros mediante a linguagem, ou os oculta por ela. Linguagem que é o primeiro produto da razão.
(SCHOPENHAUER, 2015a, p. 43)

¹⁵ A tentativa de espacializar as esferas dos conceitos e expô-las intuitivamente não nasce com Schopenhauer. Gottfried Plouquet foi o primeiro. Lambert, depois, serviu-se de linhas que sobrepunham umas às outras. Mas foi com Euler, utilizando círculos, que a proposta foi levada a êxito.



A linguagem é, então, não somente a primeira exteriorização da razão, mas também seu instrumento.¹⁶ É somente com sua ajuda que a razão pode trazer e afirmar suas realizações: como a ação concordante de muitos indivíduos; a cooperação planejada de milhares de pessoas; a própria civilização; o Estado; a ciência; a manutenção de experiências anteriores; a combinação de elementos comuns em um mesmo conceito; a verdade; o erro; o pensamento e a ficção; os dogmas e as superstições (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 43.)

Sendo a intuição incomunicável, apenas podemos compreender o outro, na medida em que este se comunica pela linguagem.¹⁷ “Compreendemos a linguagem do outro graças às representações abstratas e não graças às imagens” (PERNIN, 1995, p. 66). As palavras, portanto, fixam os conceitos: são suas representações sensíveis e temporais.¹⁸ Pensar ou engendrar juízos é a função fundamental dos conceitos.

Um juízo é a combinação ou o estabelecimento de relações entre os conceitos. É, pois, que os juízos podem transmitir algum conhecimento. “Se um juízo deve expressar um *conhecimento*, ele tem de ter uma razão suficiente, por causa dessa propriedade, recebe então o predicado *verdadeiro*” (SCHOPENHAUER, 2019, p. 241). A verdade de um juízo reside, então, na relação deste mesmo juízo com algo diferente dele, que é sua razão.

A verdade de um juízo ainda pode ser de quatro espécies. (1) A verdade lógica, na qual um juízo se funda em outro, como ocorre ao inferirmos ou concluirmos uma verdade a partir de outra. (2) A verdade empírica, que não se funda em um juízo, mas na experiência e pode ser justificada pelos sentidos. (3) A verdade transcendental, “que não tem por base

¹⁶ Em seus *suplementos*, Schopenhauer esclarece o quanto o uso da razão está vinculado à linguagem: “vemo-lo no caso dos surdos-mudos, os quais, se não aprenderam nenhum tipo de linguagem, dificilmente mostram mais inteligência que os orangotangos e elefantes” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 79). No caso apresentado, o surdo-mudo, carecido de alguma linguagem, tão somente possui razão em forma de potência, mas não em ato. Outra consideração de Schopenhauer sobre o vínculo entre razão e linguagem é que, na língua *grega e italiana*, ambos os termos são indicados pela mesma palavra. Já na língua alemã, “*Vernunft*”, traduzido como “razão”, deriva-se de “*vernehmen*”, que significa “inteligir” (conscientização de pensamentos comunicados através de palavras).

¹⁷ Lembremo-nos da primeira verdade enunciada por Schopenhauer n’*O mundo...*, “O mundo é minha representação” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 3). Não podemos sair de nossa pele ou nos desvencilhar de nosso próprio crânio. Temos de permanecer fechados em nós mesmos e em nossas próprias representações.

¹⁸ “Ora, assim como todo instrumento e toda máquina são ao mesmo tempo uma sobrecarga e um entrave, assim também ocorre com a linguagem: porque esta força os infinitamente nuançados, móveis e modificáveis pensamentos a entrar em certas formas fixas e invariáveis e, na medida em que os fixa, ao mesmo tempo os agrilha” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 79). Ao fixar conceitos, a linguagem cria entraves e acorrenta o pensamento sob uma forma determinada e cerrada. No entanto, este jogo de grilhões pode ser rompido, ao menos em partes, ao aprender outras línguas, com as quais o pensamento ganhará outras formas e figuras. É, pois, que Schopenhauer ainda elogiará as línguas antigas, em virtude da distinção entre elas ser mais notória do que entre as modernas.

nem a observação nem a dedução a partir de alguma outra verdade” (JANAWAY, 2003, p. 36-37). Antes, refere-se ao princípio que funda toda a possibilidade da experiência. A exemplo deste tipo de verdade, podemos enunciar com Schopenhauer “nada acontece sem uma causa”. (4) Por fim, a verdade metalógica, a qual se deve às condições do pensamento. “As verdades metalógica são supostamente uma modalidade de julgamento a que não podemos nos opor sem deixar de pensar adequadamente. Um exemplo que ele dá ‘Nenhum predicado pode ser ao mesmo tempo atribuído a um sujeito e negado desse sujeito” (JANAWAY, 2003, p. 37).

1.3.4 O erro

...junto com o conhecimento abstrato, com a razão, dúvida e erro entram em cena no domínio teórico, cuidado e remorso no domínio prático. Se na representação intuitiva a ILUSÃO distorce por momentos a realidade, na representação abstrata o erro pode imperar por séculos.
(SCHOPENHAUER, 2015a, p. 41)

Nas representações intuitivas, a ilusão ou o engano do entendimento pode distorcer e deturpar a realidade, mas sua ação é tão somente efêmera e momentânea. Nas representações abstratas, os conceitos da razão, o erro pode perdurar por muito mais tempo.

A questão com a qual Schopenhauer se defronta não é nova. Desde Platão, foram muitas as tentativas de explicar a origem e a possibilidade do erro. Na medida em que a verdade reside na relação de um juízo com seu fundamento, “como quem julga pode de fato acreditar possuir tal fundamento sem, no entanto, o ter, noutros termos, como é possível o engano da razão?” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 93).

A validade da conclusão de um juízo está em reconhecer que uma consequência possui um determinado e específico fundamento. O erro ou a invalidade da conclusão de um juízo está ou em pressupor para a consequência um fundamento que ela não possui ou em afirmar que a consequência se origina todas as vezes apenas de um único fundamento indicado. É, então, que “TODO ERRO É UMA CONCLUSÃO DA CONSEQUÊNCIA AO FUNDAMENTO” (SCHOPENHUAER, 2015a, p. 93).

No primeiro caso, há uma carência de entendimento: a debilidade para o conhecimento imediato da ligação entre causa e efeito. No segundo, que comporta os erros

mais comuns, há uma precipitação ou um conhecimento limitado das possibilidades, “desconhecendo assim a necessidade da indução que está sendo feita” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 94).

O erro, portanto, é inteiramente análogo à ilusão. Ambos são conclusões da consequência ao fundamento: a ilusão é sempre produzida segundo a lei de causalidade e o mero entendimento, logo, imediatamente na intuição mesma, e o erro é sempre produzido segundo todas as figuras do princípio de razão, na razão, por conseguinte, no pensamento em sentido estrito, mais frequentemente, entretanto, segundo a lei de causalidade (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 94).

Schopenhauer ainda distinguirá três espécies de erro.

(1) Quando a ilusão dos sentidos ou engano do entendimento resulta no erro da razão. Nosso filósofo elucida esta espécie de erro com um exemplo de uma pintura que se parece com um alto-relevo e, por isto, é efetivamente tomada como um. “Se o cinza-escuro passa gradativamente por todas as nuances até o branco, então TODAS AS VEZES a causa é a luz que ilumina desigualmente as partes elevadas e baixas” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 94). Aqui, o erro consiste em concluir a pintura como alto-relevo a partir de uma premissa maior tomada, ingenuamente, como necessária.

(2) “Se falta dinheiro em minha caixa, então TODAS AS VEZES a causa é meu criado ter uma cópia da chave” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 94). Neste caso, erra-se ao atribuir à consequência um fundamento sobre o qual ela tenha de, necessariamente, erguer-se todas as vezes.

(3) A terceira espécie de erro se dá, ao passo em que se infere uma conclusão de uma premissa maior falsamente generalizada e nascida da suposição de um único fundamento à consequência. Como o caso do prisma que refrata a imagem do sol (desviando-a para cima e para baixo) e a faz aparecer como alongada e colorida, não mais redonda e branca. O erro se expõe ao afirmar que “todas vezes, a causa é que na luz há raios homogêneos diferentemente coloridos e ao mesmo tempo com diferentes índices de refração, os quais, dispersados por esta, mostram agora uma imagem alargada e ao mesmo tempo diferentemente colorida” (SCHOPENHAUER, 2015a, p. 94).

Em última análise, portanto, cabe à razão verificar se as proposições possuem ou não uma razão suficiente no mundo empírico. “Caso a verificação comprove a validade dessas

sentenças, tem-se a verdade; mas a razão pode falhar na verificação, e, nesse caso, pode-se dizer que ocorre o erro, engano da razão” (BARBOZA, 2015, p. 31).

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A passagem das representações intuitivas às abstratas não se dá de modo simples e direto. É necessário, para Schopenhauer, que haja uma faculdade que intermedeie essa transição. Este será o papel da razão. Caberá a ela a abstração e a reflexão a partir dos dados imediatos do entendimento.

Recebendo este novo estatuto, a razão foi despida de qualquer pretensão metafísica na busca pelo incondicionado. Ao contrário, sendo seus conceitos representações de representações, sua utilidade está em sistematizar, fixar e combinar os conhecimentos oriundos do entendimento, sem produzir, por si mesma, algum conhecimento propriamente dito.

É a razão, ainda, que torna o homem o único ser na terra capaz de não apenas sentir e intuir, mas pensar e saber. Sendo o pensamento ou a feitura de juízos a função primeira dos conceitos, cabe somente ao ser humano raciocinar, julgar, possuir uma linguagem e compreender o passado e o futuro.

Mas a razão também traz consigo seu infortúnio, como a memória (quando esta transporta nossa consciência presente aos sofrimentos do passado) e a consciência da morte. É, sobretudo, neste jogo de vantagem e desvantagem, que já podemos observar o adiantamento de algumas ênfases do caráter pessimista que se desenvolverá na filosofia de Schopenhauer.

Recebido em: 12/04/2023

Aceito em: 08/08/2023

Publicado em: 24/12/2023

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, J. Schopenhauer: a decifração do enigma do mundo. São Paulo: Paulus, 2015.
- CACCIOLA, M. L. M. O. O “eu” em Fichte e Schopenhauer. dois pontos, Curitiba, São Carlos, vol. 4, n.1, p. 137-152, abril, 2007.
- CACCIOLA, M. L. M. O. Schopenhauer e a questão do dogmatismo. São Paulo: EdUSP, 1994.
- DAMASCENO, D. C. Sobre os modos de resignação momentânea da vontade, segundo Schopenhauer. PÓLEMOS – Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 58–69, 2017. DOI: 10.26512/pl.v6i11.11723. Acesso em: 02 fev. 2022.
- DEBONA, V. Schopenhauer. São Paulo: Ideias & Letras, 2019.
- JANAWAY, C. Schopenhauer. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- PERNIN, M-J. Schopenhauer: decifrando o enigma do mundo. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- PHILONENKO, A. Schopenhauer: uma filosofia da tragédia. Trad. Gemma Muñoz-Alonso. Barcelona: Editoria Anthropos, 1989.
- ROSSET, C. Escritos sobre Schopenhauer. Trad. Rafael del Hierro Oliva. Valencia: Pre-textos, 2005.
- SCHOPENHAUER, A. O mundo como vontade e representação – Tomo I. Trad. Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- SCHOPENHAUER, A. O mundo como vontade e representação – Tomo II. Trad. Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- SCHOPENHAUER, A. Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente. Trad. Oswaldo Giacoia Jr. e Gabriel Valladão Silva. Campinas: Ed. UNICAMP, 2019.